

## **O PROCESSO DA PRODUÇÃO ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: A Possibilidade das Feiras da Agricultura Familiar no Triângulo Mineiro**

Maria Clara Salim Cerqueira<sup>1</sup>  
Francisco Penteado de Assis Mazetto<sup>2</sup>  
Leonardo de Oliveira Carneiro<sup>3</sup>

### **Resumo**

O presente artigo busca apresentar uma contribuição ao pensamento dos movimentos sociais de luta pela terra em relação à constante busca pela soberania alimentar em um panorama de má alimentação da população e grande concentração fundiária. É analisada, para este fim, a realização de feiras da agricultura familiar dos integrantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) que atua principalmente na área do Triângulo Mineiro (MG). Os agentes responsáveis pela feira encontram-se em meio a constantes conflitos para realização desta, estes que se apresentam nas mais diversas escalas, e a disputa por este território é contínua. Buscamos, assim, contribuir no caminho para alcançar a soberania alimentar ao analisar a atuação dos movimentos sociais na realização destas feiras.

**Palavras-chave:** feiras, alimentação, território

### **A soberania alimentar e os movimentos sociais**

O comportamento das pessoas em sociedade admite diversos padrões, e estes estão em constante mudança em meio aos processos dialéticos de globalização e acumulação do capital. Os hábitos alimentares – bem como os processos de produção dos alimentos – certamente não se destoam de outros hábitos que se modificam e traduzem, por muitas vezes, visões sociais de mundo. Existem inúmeras iniciativas – nas ciências e em outros campos do saber – que buscam conhecimento a respeito dos hábitos alimentares, pois estes estão presentes no dia a dia social e, portanto “não há dimensão da vida social humana que incorpore melhor as contradições do processo cotidiano de tomada de decisão” (MURRIETA, 2001, p. 40). O termo mais utilizado para se referir a todo o processo que engloba esses hábitos é *segurança alimentar*, termo deveras conservador utilizado principalmente pela classe dominante da produção do conhecimento, como autoridades e cientistas, para afirmar uma *ideologia*<sup>4</sup> que se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, mclaracerqueira@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, franciscoppm@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, leo.ufjf@gmail.com

consolida concomitantemente à ascensão dos novos modos de produção agrícola, com utilização de tecnologias avançadas desenvolvidas pós-II Guerra Mundial, como por exemplo produtos artificiais para garantir o desenvolvimento das espécies plantadas, que favorece a monocultura, e a utilização de maquinários em todas as etapas da cultura. Estes são pautados pelo desenvolvimento tecnológico conhecidos pela Revolução Verde, caracterizada por Porto-Gonçalves (2004) como “transformações nas relações de poder por meio da tecnologia” (p. 7).

Os modos de alimentação da população brasileira certamente foram moldados e modificados ao longo da história com base em interesses dominantes de cunho econômico e político, que afetam diretamente no âmbito cultural da questão. Assim, os modos de produção destes alimentos podem ser compreendidos como resultado de interesses de agentes econômicos que influenciam na política e na cultura, o que ocorre principalmente como a consolidação e disseminação do termo *agronegócio*, tão conhecido no Brasil. Este termo é utilizado muitas vezes para designar partes do processo produtivo da agricultura moderna. Para melhor compreensão a respeito, é necessário ter em mente o processo de industrialização brasileiro, que foi possível graças à união da burguesia urbana com a burguesia rural, de modo a manter na pauta política os interesses destas classes, como disserta Campos (2011) a respeito da Associação Brasileira de *Agrobusiness* (Abag) e outras entidades responsáveis pela disseminação do termo e aceitação em meio a população. Esta associação é formada por agentes do capitalismo privado, proprietário de terras e representantes do poder público, sendo assim possível compreender qual papel o Estado exerce nesse jogo de poderes que mantém o poder dominante ao lado dos próprios agentes capitalistas.

É importante considerar que esses discursos de afirmação dos modos de produção agrícola da Revolução Verde e do agronegócio vêm sempre acompanhados de um discurso da busca da erradicação da fome, um problema de saúde mundial, o que é discutido extensivamente por Josué de Castro (2004 [1946]), de modo a tornar crível por meio da

---

<sup>4</sup> Considera-se aqui, de acordo com MÉSZÁROS (1996): “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se revelam ao longo da história e se *entrelaçam de modo conflituoso* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas de forma nenhuma *independentes*), que exercem forte influência mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social” (p. 22-23, grifos do autor).

ideologia que a fome é produto direto da escassez de alimentos, e que conseqüentemente uma maior produção de alimentos é o caminho mais plausível para a erradicação deste problema. Entretanto, há muito é incontestável o aumento da produção de alimentos em decorrência da ideologia afirmada no contexto da Revolução Verde e com o avanços tecnológicos sobretudo referentes à produção agrícola, e ainda assim a fome continua a existir. E o problema se tornar pior: passam a existir novos modos de fome, a chamada *fome oculta* (SIMONCINI, MAIA, MAZETTO, 2011), fenômeno que indica que, apesar de ter acesso à alimentos suficientes para obter o mínimo de energia necessário para sobreviver, as pessoas não se nutrem adequadamente, o que causa diversas doenças e insuficiências nutricionais, e isso pode ser observado e constatado nas mais diversas camadas sociais.

Estes modos de produção agrícola da Revolução Verde afetam diretamente os modos de alimentação da população brasileira, pois a maior parte da produção das monoculturas é direcionada para a exportação, deixando o consumo interno nas mãos dos pequenos produtores, usualmente da agricultura familiar (GODEIRO, 2015). Essa afirmação por si só não parece sinônimo de uma situação ruim, mas é necessário lembrar que também os grandes proprietários de terra tem ao seu lado o poder público. Apesar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de financiamento de produtores familiares do governo federal auxiliar os pequenos produtores, estas não são políticas públicas prioritárias, apesar deles serem os garantidores pela maior parcela dos alimentos consumidos no país.

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009), a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz – além de outros produtos de origem animal –, alimentos estes que são muito consumidos pela população. A cultura da soja é uma das únicas em que a agricultura familiar representa menor parcela de produção, sendo este um dos principais produtos de exportação do país, ou seja, os protagonistas em sua produção são os grandes proprietários de terra. Além disso, os estabelecimentos que se enquadram na agricultura familiar representam um total de 84,4% do total de estabelecimentos rurais, porém ocupam apenas 24,3% da área ocupada pela agropecuária no país. Os estabelecimentos não familiares, por sua vez, apesar de serem minoria em números absolutos (15,6% do total) ocupam um total de 75,5% da área total, dados que mostram como a concentração de terras ainda é gritante no contexto brasileiro.

Neste panorama de política agrária é grande a concentração de terras, o debate a respeito da soberania alimentar faz-se necessário. Ela pode ser definida como o

conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO, 2012, p. 717)

Na busca da soberania alimentar, é de grande importância que os agentes responsáveis pela agricultura familiar sejam protagonistas nesse processo, por serem os principais produtores dos alimentos consumidos no país, e também pela possibilidade de aproximação entre o produtor e consumidor nesse contexto. É considerado aqui que a soberania alimentar não se refere apenas à produção, mas também ao conhecimento em relação a esta produção: de onde vem os alimentos que consumimos, são produzidos sob quais condições, e outros questionamentos pertinentes que devem ser considerados ao analisar a soberania alimentar. Para tal, faz-se pertinente uma análise a respeito da relação entre o campo e cidade, que analisaremos sob uma perspectiva dialética, e não dicotômica como muitas vezes ela é colocada. A inter-relação entre produção e consumo não deve continuar afastada uma da outra, tornando-se necessário um vínculo maior entre essas duas partes.

É de grande importância considerar que para analisar os processos de produção dos alimentos, deve-se partir de uma situação material. Para tal, será apresentado o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) com núcleo atuante principalmente no Triângulo Mineiro em Minas Gerais. O município estudado onde localizam-se grande parte dos assentamentos do movimento é Uberlândia / MG, e esta região é conhecida pelo alto desenvolvimento e dominação do agronegócio como principal atividade econômica, o que significa que existem diversos conflitos territoriais evidentes. Na verdade, deve-se considerar que a principal atividade econômica é a de produção de alimentos, tanto por parte dos grandes proprietários de terra do agronegócio quanto dos assentados da reforma agrária que são muitas vezes amparados pelo PRONAF. A produção de alimentos dos integrantes do movimento é principalmente direcionada ao programas do governo federal, mas o excedente é comercializado nas feiras de agricultura familiar organizada pelo movimento na área urbana de Uberlândia, o que será analisado neste trabalho. Os dados levantados a respeito do movimento, de seus assentamentos e formas de troca dos alimentos foram obtidos através de entrevista com membros integrantes, com informações coletadas internamente por eles e aqui apresentadas.

A atuação do MTL em uma conjuntura nacional é relevante a partir do momento em que existem redes dos movimentos sociais de luta pela terra e de movimentos sociais em geral, o que faz com que a visibilidade do mesmo seja maior. Os integrantes do MTL participam também de um partido político nacional, e suas conexões com outros movimentos se fazem principalmente a partir desse ponto. Apesar de ter suas matrizes de funcionamento semelhantes à de outras organizações camponesas, não há uma conexão direta com, por exemplo, a Via Campesina, maior rede de movimentos de luta pela terra na América Latina. Sua atuação provém de bases marxistas principalmente, da concepção do conflito existente entre o trabalho e a acumulação de capital na sociedade contemporânea, que é refletida no campo com a expansão do agronegócio, realidade notavelmente percebida na cidade de atuação do movimento que foi investigada neste trabalho.

Compreende-se que para tecer análises a respeito da referida realidade, deve-se considerar a condição de não neutralidade da ciência, que muitas vezes serve aos agentes de reprodução do capitalismo, como por exemplo a respeito da suposta necessidade econômica do desenvolvimento do agronegócio como fator importante para economia do país, frente à realidade do campo brasileiro. É preciso rever o papel da ciência (e da tecnologia) apenas como forças produtivas: elas “deixaram de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de acumulação” (OLIVEIRA, 2005, p. 64), o que deve ser sempre colocado em perspectiva.

Os movimentos sociais são há algum tempo objetos de estudo da geografia, e é relevante para a análise destes a temática das espacialidades de suas ações (SANTOS, 2011), tão caras principalmente aos movimentos de luta pela terra. O objetivo principal deste trabalho é analisar a da pauta dos movimentos sociais pela soberania alimentar e suas escalas de construção.

### **As escalas de ação do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade em Minas Gerais**

No Brasil, a agricultura sempre foi protagonista no processo de desenvolvimento do capitalismo, o que é considerável para compreender o papel do país em questões da economia mundial e também a sua dinâmica econômica interna. No contexto da Revolução Verde, foram introduzidos os modos de produção industrial no campo, o que resultou em um relacionamento mais aproximado destes dois setores da economia nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que o avanço da indústria sobre o campo pareceu dizimar os modos de vida



camponeses, estes lutam para manterem-se nessa condição, com seus modos de produção centralizados nas relações de trabalho familiares principalmente (OLIVEIRA, 2005; PAULINO, ALMEIDA, 2010). Sobre isso, é importante considerar que

A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência tem, primeiramente uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família. (...) Por outro lado, comida é fartura, quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p. 39).

Ou seja, a alimentação é não apenas um modo de sobrevivência, fonte de nutrientes para a vida ou fonte econômica: ela é um dos principais elementos da sociabilidade camponesa. Mas é necessário refletir também a respeito do papel da alimentação nas sociedades predominantemente urbanas, nas quais os modos de vida usualmente rebaixam questões ligadas à alimentação apenas ao trabalho doméstico ou à necessidade básica de nutrição.

Na modernidade, não existe um consenso a respeito da diferenciação precisa entre a cidade e o campo, de quais são seus limites e diferenças no que se refere aos critérios econômicos e de consumo, que massificam hábitos urbanos no campo. Isto pode ser percebido no meio acadêmico-científico, em instituições estatais, e também na atuação e postura dos movimentos sociais. Dentre todos os critérios de distinção entre a cidade e o campo, seja a respeito de demografia ou de atividades econômicas e divisão do trabalho, conforme Endlich (2006) afirma que o campo normalmente é definido como o que não pode ser classificado por cidade, como um 'resto' espacial. Outra característica marcante na distinção entre cidade e campo é a imagem construída pelos habitantes do meio urbano. Para a população urbana, o campo corresponde a uma visão bucólica, romântica que estimula o lazer e a fuga da cidade no fim de semana (HARVEY, 1982). Na perspectiva desta divisão espacial produzida pelo capital, cabe trazer ao debate uma visão dos movimentos sociais do campo, da questão camponesa e de seu papel na produção de alimentos na região e nacionalmente. A respeito da cidade:

[Ela] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem *relações*. (LEFEBVRE, 2008, p. 109, grifos originais)

As considerações de Lefebvre são essenciais à compreensão da relação entre cidade e campo, que é considerada muitas vezes como subordinação e dominação de forma a reduzir sua relação a uma oposição dicotômica simplificada que não explica a realidade. Lefebvre (1975) utiliza o conceito de *continuum* espacial entre o rural – que tem sua expressão máxima no campo – e o urbano – cuja expressão máxima é a cidade – para dissertar a respeito da relação entre estes que são uma unidade contraditória, o que significa que existe apenas um modo de vida da sociedade que se manifesta em diferentes intensidades, conformando as espacialidades do rural e do urbano. Ao considerá-los antagônicos, “a oposição urbanidade-ruralidade se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um descolamento da oposição e do conflito” (LEFEBVRE, 2001, p. 75), o que nos trás a uma realidade em que a superação deste conflito está distante de ocorrer, o que pretendemos analisar por meio dos modos de produção de alimentos e hábitos alimentares.

Procuramos, então, maneiras de melhor compreender os movimentos sociais que atuam nas áreas rurais, e é importante para tal elucidar a relação campo-cidade e as escalas de ação e atuação e dos conflitos que ocorrem nestes territórios. As lutas sociais se dão nos mais diversos contextos que podem ser compreendidas como as escalas de ação. Muitas vezes são utilizados os termos local/regional/nacional/internacional, que facilitam a compreensão mas podem servir a uma ideologia (SOUZA, 2015), por exemplo, ao tentar reduzir nações a uma unidade totalitária. Para melhor compreensão, consideramos a *construção social da escala*, pois para analisar com cuidado uma determinada realidade devemos considerar que “as escalas de análise não são imutáveis nem ‘naturais’; elas são, muito pelo contrário, produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política” (SOUZA, 2015, p. 191), ou seja, escolhemos de modo arbitrário e seletivo como analisamos determinado objeto, cabe a nós fazermos esta escolha com uma consciência crítica para buscar uma análise da realidade em sua totalidade sem cair em uma crítica anticapitalista romântica que por fim acaba fazendo apologias indiretas ao próprio capital (LUKÁCS, 2010).

As ações do MTL, o movimento social trabalhado neste artigo, foi criado no ano de 2002 como uma dissidência de integrantes de outros movimentos de luta pela terra com abrangência nacional. Apesar de apresentar algumas divergências em relação a outros movimentos, a organização interna - de origem sindical - é bastante semelhante. Atualmente, existem apenas alguns núcleos de atuação deste movimento no Brasil, Sendo um destes núcleos no município de Uberlândia, localizado na porção conhecida como Triângulo

Mineiro, onde o movimento atua em meio ao território dominado predominantemente pelo agronegócio, pelos grandes proprietários de terra, pelos processos de modernização da produção no campo, dentre outros. Nessa região existem aproximadamente 1.400 famílias assentadas da reforma agrária pelo movimento, que vivem principalmente da renda da produção agropecuária e obtém auxílio do PRONAF, conforme constatado em entrevista. Elas estão distribuídas em 12 assentamentos e cada um destes abriga aproximadamente de 120 famílias. Observamos aqui que a agricultura familiar vêm ao longo da última década tomando lugar prioritário na identificação dos camponeses como tal, podendo por vezes ser considerada uma substituta a identidade de sem-terra. Este aspecto, e outros não citados, da identidade camponesa reforçam a forte conexão entre os espaços de vida e trabalho.

O que é produzido por eles nestas terras é destinado principalmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA), mas, a característica que analisaremos aqui é o fato de que algumas famílias desses assentamentos participam ativamente das feiras da agricultura familiar na sede urbana da cidade onde comercializam o excedente da sua produção, regulamentados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia por meio da Lei 10.702/2011 (UBERLÂNDIA, 2011). Há também os casos dos assentados que produzem com auxílio de técnicas próprias à monocultura e têm como objetivo da sua produção o comércio com grandes empresas, sem uma grande preocupação com pautas como soberania alimentar ou agroecologia, situação que pode ser causa de conflitos internos do movimento ocasionalmente, apesar de não ser recorrente. Mas consideramos essa fragmentação interna dos movimentos como parte da estratégia do capital em seu processo de reprodução.

Ainda a respeito das escalas de ação, Santos (2011, p. 100) afirma que “o que define a escalaridade não é o ator, nem o recorte espacial, mas as relações que este engendra e das quais participa”, o que nos faz refletir a respeito das ações dos movimentos sociais, particularmente do MTL. Consideramos, ainda de acordo com Santos (2011), que os fenômenos não devem ser considerados em relações de hierarquia ou subordinação, mas sim como multiescalares, complexos e contraditórios. Os conflitos, mediações e organização internas são uma escalas de ação do referido movimento social, enquanto o conflito com os proprietários de terras também se faz constante, bem como a negociação com o poder público em diversas esferas (municipal, estadual, federal), ações estas que não podem ser consideradas de formas separadas em relação ao espaço e ao tempo (MASSEY, 2008). Para



melhor compreensão destas escalas de ações, introduzimos o conceito de território, que em linhas gerais relaciona espaço e poder:

*o território* deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2005, p. 74).

Na realidade campezina brasileira, em especial dos movimentos sociais, o território é marcado pela disputa e pelos conflitos. Ele pode inclusive ser considerados como o objeto principal da luta desses movimentos (FERNANDES, 2005). Oliveira (2005) tece o conceito de território apresentado acima a partir de obras de Henri Lefèbvre, Claude Raffestin, Yves Lacoste entre outros, e também o considera como um dos principais aspectos da luta dos movimentos sociais, principalmente os de atuação rural. As três classes sociais fundamentais consideradas pelo autor são as bases da formação do território brasileiro, mas existem considerações que afirmam que as contradições camponesas são fundadas na ambígua identificação destes com o proletariado e com os proprietários de terra.

Ao pensar no território campezino latino-americano, Romero (2012) disserta sobre a coexistência de diversos agentes que nele atuam, que não são heterogêneos e também não podem ser considerados apenas agentes de produção agrícola. O autor lista:

Nas sociedades rurais latino-americanas coexistem empresas de alta complexidade tecnológica, empresas que formam parte de “grupos econômicos transnacionais provenientes de outros setores produtivos, empresas de agroturismo, trabalhadores rurais não agrários, com mundos rurais heterogêneos com campesinos, grupos aborígenes, produtores médios e trabalhadores rurais agrários segmentados por processos de mecanização e novos desocupados (ROMERO, 2012, s/p, tradução dos autores).<sup>5</sup>

Com esta vasta gama de agentes que atuam e disputam o território do campo, os movimentos sociais encontram-se em situação de vulnerabilidade e constante possibilidade de perda dos direitos que alcançaram com suas lutas, de perda de autonomia no território, que para eles é tão representativo de seu trabalho e sua sociabilidade. Além disso, todos esses

<sup>5</sup> No original: “En las sociedades rurales latinoamericanas coexisten empresas de alta complejidad tecnológica, empresas que forman parte de “grupos económicos” transnacionales provenientes de otros sectores productivos, empresas del agroturismo, trabajadores rurales no agrarios, con mundos rurales heterogéneos con campesinos, grupos aborígenes, productores medios, y trabajadores rurales agrarios segmentados por los procesos de mecanización, y nuevos desocupados” (ROMERO, 2012, s/p).

agentes também atuam em múltiplas escalas, o que acentua a complexidade dos conflitos gerados nesse território. A produção de alimentos no Brasil reflete o “princípio contraditório de que ao mesmo tempo que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se.” (OLIVEIRA, 2005, p. 75), e a lógica de produção capitalista das plantações que ocupam grande parte do território nacional destinadas à exportação, que considera os alimentos primariamente como *commodities*, é tida como fator fundamental para o desenvolvimento econômico do país e divulgada como algo que beneficiará a população como um todo, e não apenas os grandes proprietários de terra.

Dentre estes múltiplos agentes, deve-se levar em consideração o contexto de dominação de uns sobre outros, o que tendem à produção hegemônica dos espaços. Os agentes do capital, nesta situação e em outras, são usualmente o grupo dominante, e o Estado, que supostamente *representa* os interesses do povo, é dominado pelos interesses hegemônicos do capital. Para interpretar tal *representação*, Spivak (2010) faz uma análise nos textos de Marx a respeito dos termos *Vertretung* (representação no contexto político) e *Darstellung* (conceito filosófico da representação como encenação) (p. 52). Devemos considerar que o Estado não é uma entidade abstrata, mas é formada por seres com interesses próprios, e muitas vezes os representantes estatais são os mesmo grandes proprietários de terra. A representação então se confunde entre os dois significados postos por Spivak, fazendo com que a política e encenação não sejam distinguíveis aos interesses da população.

Para estabelecer um diálogo a respeito dos modos de produção dos alimentos, recorreremos ao conceito da soberania alimentar. Ela consubstancia a ideia de uma luta necessária, em um contexto em que os hábitos alimentares dos brasileiros, revelam um aumento significativo do consumo de alimentos processados e ultra-processados em detrimento de alimentos frescos (BRASIL, 2014). Entendemos então, que para analisar a realização destas feiras e considerá-las como um possível instrumento de ampliação da soberania alimentar em suas múltiplas escalas de construção, deve-se compreender a realidade do movimento social que a realiza e dos agentes públicos e privados que são protagonistas na composição desta.

### **As feiras da agricultura familiar em Uberlândia / MG**

O espaço das feiras da agricultura familiar pode elucidar muito a respeito da produção de alimentos locais, dos hábitos alimentares urbanos e outros aspectos relativos aos conflitos

territoriais. Para a realização destas feiras, existe na legislação municipal uma regulamentação do funcionamento, utilização do espaço pelos feirantes e permissão de uso do espaço público a eles. Conforme o Artigo 20 da Lei 10.702/2011 (UBERLÂNDIA, 2011) os feirantes são registrados na Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, e deles é exigida uma lista de produtos a serem comercializados no ano, com finalidade de controle do abastecimento nas feiras.

Não é explícito nenhum tipo de restrição ou obrigatoriedade de certos itens estarem presentes nas bancas da feira livre, mas o padrão alimentar brasileiro apresenta algumas características comuns a todo o território nacional mesmo que certos produtos não sejam disponíveis facilmente em algumas regiões. A chamada “era do supermercado” (NARDOTO, SCHOR, GARAVELLO, MARTINELLI, 2016, p. 195) é um fenômeno que ocorre em escala mundial, de substituição de alimentos *in natura*, de produção local, por alimentos processados e que não são naturais daquele local. É particularmente visível nas populações predominantemente urbanas, mas a perspectiva do *continuum* entre cidade e campo faz com que não seja perceptível a separação destes modos de vida urbano e rural, e o consumo de alimentos representa essa característica de forma acurada, pois não há diferenças substanciais entre o consumo de alimentos de comunidades urbanas e rurais, exceto por casos específicos não tratados aqui.

As feiras livres, apesar de representarem um espaço de troca direta entre produtor e consumidor, é influenciada por essa cultura do supermercado, fazendo com que seja necessária a oferta de produtos que não são produzidos localmente para suprir um padrão alimentício criado artificialmente por uma ideologia dominante. Isso prejudica diretamente a saúde da população, por se ver induzida e sem alternativas ao consumo de alimentos produzidos sem grande quantidade de agrotóxicos, estes que são utilizados tanto para o crescimento forçado de algumas espécies quanto para fazer os alimentos durarem mais tempo e resistirem aos longos caminhos percorridos até o consumidor final.

Essa característica de um “padrão alimentar” para um país com território tão vasto não faz sentido, e existem iniciativas, inclusive em instituições estatais, que procuram combater isso. Um exemplo desse esforço é o Guia Alimentar do Brasil (BRASIL, 2014) que incentiva o consumo de alimentos locais e sazonais, bem como a diminuição do consumo de produtos alimentícios ultra-processados. A padronização alimentar é um reflexo da alienação da sociedade em relação à sua própria realidade: não existe um conhecimento a respeito dos

alimentos regionais e sobre sua época de colheita. A urbanização intensa e desordenada quebrou os vínculos culturais entre cidade e campo mesmo em nível regional.

Esse fato mostra-se danoso, por exemplo, nas feiras da agricultura familiar de Uberlândia, onde alguns feirantes comercializam alimentos não produzidos no local, comprados nas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CeasaMinas) mais próximo, como é o caso de tomates, cebolas e batatas, apenas pela necessidade fictícia do abastecimento destes alimentos, que não são comuns na região.

A produção dos alimentos, então, se submete aos padrões impostos, que por sua vez molda os hábitos alimentares da população brasileira independentemente dos modos de vida rural ou urbano. E nem mesmo nas feiras livres, onde torna-se possível encurtar o caminho do alimento *in natura* até o consumidor urbano, o consumo padronizado pelo supermercado é dominante.

Devemos nos atentar também às características peculiares que o território da feira representa: não é apenas um espaço comercial, mas também cultural, relevante para a sociabilidade urbana, como disserta Mascarenhas e Dolzani (2008). Segundo eles, quando apresentam a realidade metropolitana do Rio de Janeiro, a criação das feiras livres nas ruas remonta à modernidade urbana como principal canal de abastecimento alimentício da população no início do século XX. Entretanto, com o eventual domínio do tipo de comércio realizado por supermercados – citado também por Nardoto, Schor, Garavello, Martinelli (2016) – as feiras livres perderam sua característica de abastecimento.

No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do "american way of life". (MASCARENHAS, DOLZANI, 2006, p. 79)

Apesar de os autores apresentarem uma visão um tanto quanto romântica acerca das feiras livres, como território de “sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios ‘econômicos’, como uma luta criativa contra a norma.” (p. 75), há de se afirmar que as feiras livres de fato se apresentam como território em disputa da hegemonia do espaço, em contraponto aos espaços excessivamente organizados dos supermercados, que apresentam os mesmos produtos ofertados a qualquer estação do ano. É preciso compreender que por maior que seja a tentativa de criação de uma realidade contra-hegemônica nas feiras livres, elas também apresentam

características típicas do comércio varejista, com oferta de alimentos independente da época e da regionalidade.

A maneira como é estabelecido o espaço a ser utilizado pelos feirantes também é fator relevante para a disputa da territorialidade e pela luta pela soberania alimentar. A permissão de uso, apresentada no Capítulo II da Lei que regulamenta as feiras no município (UBERLÂNDIA, 2011), apresenta condições de uso que assemelham-se à apropriação do espaço como propriedade privada, pois é cobrada a outorga do uso do espaço, como se tratasse de fato do aluguel de uma propriedade, que no caso não é transferível a não ser em casos de herança.

As feiras livres, nesse contexto, demonstram que “o modo capitalista de produção força uma separação entre o trabalhar e o viver ao mesmo tempo que os reintegra de maneira complexa” (HARVEY, 1982, p. 34) no contexto urbano. Na realidade campesina, a produção de alimentos e trabalho estão diretamente ligados aos momentos de sociabilidade e cultura, o que não é possível afirmar em relação a sociedades urbanas. Estas feiras, entretanto, apresentam algumas características no modo rural de vida a respeito da alimentação e da sociabilidade, que conformam uma unidade relativa ao trabalho e ao viver, que pode ser analisada através do consumo de alimentos. O modo de consumo e hábitos alimentares regrados pela lógica do varejo cria um distanciamento entre o produtor e o consumidor, bem como uma tendência ao maior consumo de alimentos ultra-processados.

Além de toda a burocracia para a implantação e utilização das feiras livres como possibilidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, o artigo 22 da referida Lei (UBERLÂNDIA, 2011), que dispõe a respeito da organização das feiras, apresenta o tópico de obrigatoriedade da implantação das feiras de maneira a “não provocar grande desequilíbrio ao tráfego de veículos”, ou seja, a possibilidade de uma melhor alimentação para população é tratada pelo poder público como categoria inferior ao trânsito de veículos privados. Isso afirma como, na prática, o direito à propriedade de impõe a qualquer outro direito.

Devemos então dar uma atenção maior para o papel que o Estado exerce ao regulamentar as feiras livres, sendo o responsável pela organização desta. As feiras da agricultura familiar acontecem em dois pontos centrais da sede urbana de Uberlândia, com um total flutuante de barracas, entre 120 e 150, que comportam um total de 380 feirantes, considerados por núcleo familiar, o que representa menos de 30% do total de assentados do



MTL, o que caracteriza uma falta de interesse – que não é proposital e sim um problema estrutural – do movimento em relação a disputa destes territórios em suas pautas. Algumas das barracas são geridas por apenas um núcleo familiar, mas a maioria é administrada por mais um núcleo, em espaços compartilhados de ajuda mútua entre os assentados.

Ao pensar na territorialidade destes espaços eventuais, os agentes que atuam ali diretamente são os feirantes, que são os produtores dos alimentos; os consumidores que tem nesse local uma das principais fontes de abastecimento de alimentos; e o Estado, através da Prefeitura Municipal, que regula o uso dos espaços. Entretanto, alguns agentes exercem sobre esse espaço uma espécie de poder imaterial (FERNANDES, 2005), e não se mostram diretamente atuantes, mas certamente podem ser notados: é o caso dos grandes proprietários de terra que apresentam entraves diretos com os feirantes em sua situação de assentados da reforma agrária, e também grandes empresas de produtos alimentícios que ditam indiretamente como deve ser o padrão de consumo da população brasileira.

Estes agentes se relacionam e atuam nas mais diversas escalas, e devemos analisar as disputas territoriais acerca das feiras livres de maneira a tentar abordar uma totalidade dialética na contradição estrutural do sistema capitalista. Podemos pensar nas escalas da maneira sugerida por Castro (2013, p. 93) ao tratar de movimentos sociais: “as das manifestações da contradição do fenômeno, que atualmente é mundial, e as da reprodução e manutenção do próprio fenômeno que produz tais contradições.” Estas escalas são visíveis em relação aos hábitos alimentares da população brasileira, que ao mesmo tempo que são hegemonzados para atender ao padrão necessário para a acumulação do capital, há uma valorização de produtos locais, ou de produção orgânica ou agroecológica, o que faz com que o preço destes aumente e seja inacessível à população de maneira geral.

O poder do Estado nos espaços da feiras se dá em todas as suas esferas, desde a regulação a partir do município, até as políticas públicas nacionais que incentivam o consumo de alimentos não processados (BRASIL, 2014) que também é responsável pela isenção de impostos das grandes produções de soja destinadas à exportação, que em nada contribuem à população de modo geral e apenas são vantajosas para os grandes latifundiários (CAMPOS, 2011).

Os agentes responsáveis pelo processo de acumulação do capital em nível global também atuam nas feiras da agricultura familiar, no sentido de determinarem indiretamente quais produtos são comercializados ali independente da região e sazonalidade. É de grande

relevância o fato de que alguns produtos que são encontrados nessas feiras não são produzidos localmente, mas sim comprados no CeasaMinas, apenas para manter a oferta desses produtos para a população, o que é prejudicial tanto para os consumidores que adquirem produtos que não estão frescos ou são repletos de produtos artificiais para o crescimento; tanto para os feirantes que comercializam produtos de origem desconhecida que necessitou transporte e gastos extras.

Podemos afirmar então que o Estado, ao mesmo tempo que auxilia na organização das feiras livres, colabora para os processos de acumulação mundial do capital. Devemos considerar também que, ao dissertar sobre o Estado, não falamos a respeito de uma entidade abstrata, mas sim dos representantes eleitos pela população para ocupar estes cargos, e estes normalmente são os grandes proprietários de terra e detentores dos meios de produção, que portanto, representam os interesses da burguesia. Os movimentos sociais se fazem imprescindíveis na luta pela soberania alimentar frente à esse panorama, e as feiras livres, particularmente da agricultura familiar, podem ser consideradas um território em disputa pela autonomia destes grupos.

Observamos que

O sujeito (coletivo) organiza-se autonomamente ao se perceber como classe social, ou seja, ao perceber que o discurso do Outro desconhecido não deveria ser o seu discurso e, ao receber a influência do discurso externo, reelabora-o privilegiando suas agendas. (CASTRO, 2013, p. 89)

O autor, ao debater os movimentos sociais e suas lutas, ilustra como o papel do Estado corresponde ao Outro em relação a este sujeito coletivo, que não é representado por este agente. Spivak (2010, p. 60) chama atenção à violência epistêmica da ciência e da filosofia de tornarem o sujeito subalterno, neste caso considerados os integrantes dos movimentos sociais, ou o MTL como o Outro, o que reforça a ideia de que o poder dominante e hegemônico, mesmo com as contradições do sistema capitalista, de forma alguma cede aos interesses deste sujeito coletivo.

### **As feiras livres como instrumento de ampliação da soberania alimentar**

A análise das feiras foi realizada por ser considerada pertinente para compreender alguns aspectos da alienação alimentar da população, vista aqui um reflexo da alienação da sociedade a respeito da relação dialética entre cidade e campo. Nestes espaços transparecem

alguns dos conflitos existentes entre os movimentos sociais e o Estado que podem ser compreendidos em uma perspectiva territorial e das relações de poder, buscados a partir da visão dos feirantes e de integrantes do MTL. As feiras são eventos em que a relação entre a cidade e campo mostra-se de forma material, onde é possível encontrar o produtor e consumidor dos produtos que ali são comercializados, onde são geridos por uma lógica capitalista com normas que inevitavelmente não condizem com as necessidades reais de consumo que ficam evidentes na relação ali existente. Estes espaços são previstos no Brasil com legislações que datam de 1992 e compreendem o mesmo padrão para todo o país, o que normalmente desconsidera as particularidades locais e prejudica o ideal de consumo de alimentos locais. Além disto, o fato de as barracas das feiras serem tratadas como espaços privados comerciais faz com que estes espaços funcionem de acordo com uma formalidade não inerente a estes comércios. Neste cenário é possível compreender o Estado, que promove esta padronização, como agente de manutenção dos processos de produção e reprodução do capital, que inviabiliza experiências de trabalho e consumo não hegemônicas.

O sujeito coletivo dos movimentos sociais é protagonista da luta pela soberania alimentar, que pode neste contexto também ser compreendida com a luta pela autonomia, ou seja, “a ausência da alienação na formulação do discurso daqueles que desencadeiam as ações que criam a caracterizam movimentos sociais e suas práticas, ou seja, a autodeterminação” (CASTRO, 2013, p. 88). Cabe aos movimentos determinar quais ações e escalas serão prioritárias nesta luta contra a hegemonia do espaço e da alimentação.

Apesar de compreender o Estado como agente contrário à luta camponesa e da soberania alimentar, ele deve ser reconhecido na atual conjuntura como único possível interlocutor entre os movimentos sociais e latifundiários. É necessário que elas sejam geridas como políticas públicas, que considerem as urbanidades e ruralidades apresentadas nos espaços das feiras livres, para beneficiar tanto os produtores como os consumidores, no caminho para atingir a soberania alimentar e superar as contradições resultantes da divisão capitalista do espaço.

## **Referências Bibliográficas**

ALEM, Daniel. OLIVEIRA, Gilca Garcia de. OLIVEIRA, Jaqueline. IMBIRUSSÚ, Érica. SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: construção e

desenvolvimento de atributos. **XX Encontro Nacional de Economia Política**: Foz do Iguaçu, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)>. Acesso em 22 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Guia Alimentar do Brasil**. 2014. Disponível em <[http://www.foodpolitics.com/wp-content/uploads/Brazils-Dietary-Guidelines\\_2014.pdf](http://www.foodpolitics.com/wp-content/uploads/Brazils-Dietary-Guidelines_2014.pdf)>. Acesso em 9 out. 2016.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em território do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. 1 a edição. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CASTRO, Cloves Alexandre de. Movimento social e Geografia: contribuição ao debate. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, Ano 16, nº 23, p. 81-108, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o rural e o urbano. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1 a edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, Ano 8, n. 8, p. 24-34, 2005.

GODEIRO, Nazareno. **Riqueza e pobreza no campo brasileiro: a luta contra o agronegócio no século 21**. São Paulo: Sundermann, 2015.

HARVEY, David. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas" In: **Revista espaço e debates** no. 6, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. Ed. Barcelona: Península, 1975 [1970].

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro: 2001. 141 p.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Ateliê Geográfico**, UFG, Goiânia, v. 2 n. 2, p. 72-87. 2008. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971?journal=atelite>>. Acesso em 26 ago. 2017.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MURRIETA, Rui. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. São Paulo: **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0034-77012001000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0034-77012001000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 abril 2014.

NARDOTO, Gabriela Bielefeld. SCHOR, Tatiana. GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. MARTINELLI, Luiz Antônio. Dos alimentos locais aos importados: mapeando a dieta isotrópica na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, José Ademir de. (Org.) **Dinâmica urbana na Amazônia brasileira** – Volume 4: Espacialidades, ambiente e saúde. p. 195-214. Manaus: EDUA, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.) **Novos caminhos da geografia.** 5ª edição. p. 63-110. São Paulo: Contexto, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis – PPGICHUFSC.** Florianópolis, 2004.

ROMERO, Juan. Lo rural y la ruralidad en América Latina: Categorías conceptuales en debate. In: **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, vol. 11, no. 1, jan. – jun. de 2012. Disponível em <<http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/176/197>>. Acesso em jun. 2017.

SIMONCINI, João Batista Villas Boas. MAIA, Haline Aparecida de Oliveira. MAZETTO, Francisco de Assis Penteadado. Fome Oculta. **Revista de Geografia - PPGeo**, v. 1, nº 1. Juiz De Fora, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UBERLÂNDIA. Lei 10.702/2011. Disciplina a instituição de feiras livres no município de Uberlândia, revoga os decretos nº 8356/00; nº 8569/01; nº 8461/02 e os artigos 24 e 25 da Lei nº 4744/88 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, ano XXIII No 3620, Uberlândia, 2011.